



Anais da Assembléia

Nº 202

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JANEIRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antônio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 009/95

Data: 03 de outubro de 1995

SÚMULA: Referenda Decretos do Poder Executivo, concernentes a Lei n° 11.066, de 01 de fevereiro de 1995.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Ficam referendados os Decretos de n°s. 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 380, 411, 412, 416, 420, 489, 492, 519, 523, 526, 641, 673, 679, 681, 682, 683, 686, 687, 688, 689, 690, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702 e 705/95, baixados pelo Senhor Governador do Estado, conforme disposto pelos arts. 15 e 16 da Lei n° 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, que criou e extinguiu secretarias e cargos de provimento em comissão na estrutura do Poder Executivo.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.10.95.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N° 001/96

Data: 09 de janeiro de 1996

SÚMULA: Autoriza o Senhor Governador e a Senhora vice-Governadora ausentarem-se do País.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Ficam autorizados o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, e a Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentarem-se do país até o dia 31 de dezembro de 1996, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração venham a ser necessárias viagens com destino a esses países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento

de que trata o "caput" do art. 1°, o Senhor Governador ou a Senhora vice-Governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.01.96.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO N° 019/95

Data: 29 de novembro de 1995

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito nos distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, em Alto Piquiri, para que a população decida sobre a criação do Município de Nova Paulistânia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população dos Distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Nova Paulistânia, com território dos distritos acima mencionados, desmembrando-os do Município de Alto Piquiri.

Perímetro Urbano do Município de Nova Paulistânia:

Norte: Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do lote n° 296, da Gleba n° 7-A, do núcleo Rio da Areia, segue-se, partindo da Rua Curitiba, pela Rua São Paulo, por 1.040,50 metros lineares.

Leste: Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do lote n° 296, da Gleba n° 7-A, do núcleo Rio da Areia, segue-se, partindo da Rua São Paulo, pela Rua Brasília, até a divisa com o lote n° 50 da Gleba n° 12, por 356,05 metros lineares.

Sul: Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do lote n° 50, da Gleba n° 12, do núcleo Rio da Areia, segue-se partindo da Rua Brasília, pela Rua Piquiri, por 1.040,50 metros lineares.

Oeste: Confrontando-se com áreas de terras, subdivididas e remanescentes do lote n° 296, da Gleba n° 7-A, do núcleo Rio da Areia, segue-se, partindo da Rua Piquiri, pela Rua Curitiba, até a Rua São

Paulo, por 356,05 metros lineares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.11.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (50).
-Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Nereu Moura e Péricles de Mello (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem nº 003/96

Curitiba, 10 de janeiro de 1996.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Carta Estadual, a fim de solicitar autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, para me afastar do País, no período de 15 a 28 do corrente mês, com destino ao Japão, onde, atendendo convite, participarei de vários eventos e tratarei de assuntos de relevante interesse para o Estado do Paraná, destacando-se os referentes às relações econômicas entre Paraná e aquele país.

Pela natureza da matéria aqui versada, solicito sua apreciação no atual período de convocação dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a presente solicitação merecerá o necessário apoio e a consequente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a dispensa do interstício para a realização de uma Sessão Extraordinária logo após a presente sessão.

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 4083

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, o cancelamento do requerimento de minha autoria que me desligava do PP, datado de 14 de agosto de 1995.

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO N° 4079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que não sejam encerradas as discussões do Projeto de Lei nº 282/95, item I da Ordem do Dia, após apresentação de Emendas, devido à alta relevância da matéria constante do referido projeto, que requer maior estudo de seu conteúdo.

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 4080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Comissão Geral para o Projeto de Lei n° 439/95.

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 4081

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, requer seja inserido em ata um voto de congratulações aos eminentes Juizes Federais. Drs. Dirceu de Almeida Soares e Néfi Cordeiro, por suas investiduras como Diretor do Foro e vice-Diretor, respectivamente, da Secção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Paraná, ocorrida ontem.

Requer que desta manifestação seja dado conhecimento aos ilustres magistrados, no endereço anexo.

Sala das Sessões, em 10.01.96

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Os ilustres magistrados, Dr. Dirceu de Almeida Soares e Dr. Néfi Cordeiro, foram empossados ontem, em cerimônia presidida pelo Juiz Federal de Segunda Instância, Dr. Paim Falcão, eminente Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com jurisdição sobre o território do Estado do Paraná.

A investidura de SS. Exas. naquelas elevadas funções documenta um momento positivo na carreira desses ilustres magistrados, além de sinalizarem um ato relevante para a institucionalização da Justiça Federal no Paraná, onde exercem a judicatura, respectivamente na 5ª e 8ª Varas. Tudo o que justifica à plenitude o voto que ora propomos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente. Não havendo ninguém inscrito no Pequeno nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há oradores inscritos.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria neste momento, de lembrar que hoje é dia 10, e não seria antes do dia 10 que teríamos o anúncio de uma grande empresa estabelecida na capital do desemprego, Ponta Grossa? Quero só deixar esta lembrança porque foi feito anúncio nos grandes jornais de Ponta Grossa e do Paraná, que até o dia 10 teríamos uma grande empresa instalada em Ponta Grossa, a "Capital do Desemprego".

Esperamos que até meia-noite se concretize esse anúncio que o Governo do Estado faria hoje ao povo de Ponta Grossa, a indicação de uma grande empresa que lá es-

taria se estabelecendo.

Por outro lado, Senhor Presidente, gostaríamos de lembrar à Mesa, à 1ª Secretaria, que amanhã vence o Pedido de Informação que foi remetido por esta Casa ao Secretário de Comunicação do Estado do Paraná, que tem por obrigação nos passar, até amanhã, dia 11, e estarei aqui para receber, as indicações de quanto o Governo gastou em publicidade, quanto a Comunicação gastou e quem recebeu, neste ano de 1995.

Amanhã estarei aqui para receber estas informações como determina a lei, a nossa Constituição do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A seguir passamos à Ordem do Dia. Antes porém temos um pedido para suspender a sessão por alguns minutos.

(Sessão suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está reaberta a sessão.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 003/96, de autoria do Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País no período de 15 a 28 do corrente mês, com destino ao Japão. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Requerimento n° 4083 de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando o cancelamento do requerimento de sua autoria no qual se desligava do PP, datado de 14 de agosto de 1995. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 282/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 046/95, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis n° 8.933 e 8.927, que tratam respectivamente do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão "Causa Mortis", conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n° de 2 (duas) de autoria de

diversos Senhores Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

SUBEMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01, AO
SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI N° 282/95

IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
CAÍTO QUINTANA
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
UMA ILEGÍVEL

Art. 3° - Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, lançados até 15 de janeiro de 1996, ajuizados ou não, poderão ser regularizados, mediante pagamento do imposto e dos demais acréscimos legais:

I - em uma única parcela, até 30 de abril de 1996, com a redução de 90% do valor da multa;

II - parcelado conforme segue, desde que primeira parcela seja paga até 30 de abril de 1996 e as demais, até o último dia útil dos meses subseqüentes:

a) em cinco parcelas mensais, com a redução de 70% do valor da multa;

b) em dez parcelas mensais, com a redução de 60% do valor da multa;

c) em quinze parcelas mensais, com a redução de 50% do valor da multa;

d) em dez parcelas mensais, com a redução de 40% do valor da multa;

e) em vinte e cinco parcelas mensais, com redução de 30% do valor da multa;

f) em trinta parcelas mensais, com redução de 20% do valor da multa;

g) em quarenta parcelas, sem redução, com o benefício do § 4°.

Sala das Sessões, em 10.01.96

(aa) GERALDO CARTÁRIO

TOTI COLAÇO

NELSON TURECK

NELSON GARCIA

LUIZ CARLOS ZUK

TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que as empresas passam por graves problemas de caráter financeiro, levando-as, inclusive, a falência.

Cada empresa que encerra é mais desemprego e, por consequência, problemas sociais.

Como o projeto prevê aumento de encargos tributários, faz-se necessário que se possibilite maiores prazos para que o setor produtivo venha saldar seus débitos junto ao erário estadual e este terá, manifestamente, maior arrecadação.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Suprime o art. 3° do Projeto de Lei n° 282/95.

Sala das Sessões, em 10.01.96

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando que sejam encerradas as discussões do Projeto de Lei n° 282/95, item I da Ordem do Dia, após apresentação de Emendas, devido a alta relevância da matéria constante do referido Projeto que requer maior estudo de seu conteúdo. **Aprovado.** O Projeto retorna às Comissões competentes.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 434/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 062/95 que eleva de 11 (onze) para 12 (doze) o número de representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01
PROJETO DE LEI N° 434/95

O "caput" do art. 1° e o art. 2° do Projeto de Lei 434/95, passam a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica elevado para 15 (quinze) o número de representantes de entidades mencionadas no inciso XI, do art. 2° da Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pelas Leis n°s. 10.014, de 29 de junho de 1992 e 11.136, de 18 de julho de 1995.

Art. 2° - Ao art. 2° da Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pelas Leis n°s. 10.014, de 29 de junho de 1992 e 11.136, de 18 de julho de 1995, ficam acrescidos os incisos XIII e XIV, com as seguintes redações:

"XIII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;

XIV - 03 (três) representantes da Assembleia Legislativa do Estado".

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(aa) NELSON TURECK

NELSON GARCIA

GERALDO CARTÁRIO

TOTI COLAÇO

LUIZ CARLOS ZUK

Dada a complexidade da matéria, também não vamos encerrar a discussão. O projeto

retorna às Comissões competentes.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/95 que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 06 (seis) de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 435/95

Art...- O Poder Executivo Estadual tem o prazo de 30 (trinta) dias para nomear comissão paritária, entre governo e sociedade civil, que proporá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o projeto de reordenamento dos órgãos da Assistência Social na esfera estadual, na forma do art. 5º, da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: Luiz Carlos Martins, Ricardo Chab, Duílio Genari e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal estabeleceu, para a área de Assistência Social, as diretrizes de descentralização político-administrativa e participação da população na formulação das políticas e no controle das ações (art. 204, incs. I e II). Em conformidade a este dispositivo, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) em seu art. 5º determinou a implementação deste processo também no âmbito estadual. Daí a necessidade de o Estado do Paraná, através da Comissão paritária elaborar projeto de reordenamento dos órgãos e entidades governamentais, exatamente para adequar a sua estrutura organizativa às novas atribuições que lhe foram conferidas.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

SÚMULA: Inserir, no art. 13, o seguinte inciso:

X - recursos provenientes dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do governo estadual.

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(a) JOEL COIMBRA

Apoio: Luiz Carlos Martins, Duílio

Genari, Ricardo Chab e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos provenientes dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias constituem importante fonte de receita da área de assistência social, consoante previsão expressa tanto na Constituição Federal (art. 195, inc. III), quanto da Constituição Estadual (art. 175, caput). Assim, tendo a instituição do Fundo Estadual de Assistência Social por finalidade, justamente, a reunião dos recursos afetos à área, que hoje se encontram dispersos e são gastos de forma pulverizada, sem eficácia e resultados efetivos, nada mais natural do que incluí-los na composição do Fundo.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 003,
AO SUBSTITUTIVO

O § 3º do art. 9º, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º - Doze dos representantes do Poder Público, serão nomeados pelo Governador e três pela Assembléia Legislativa do Estado, com mandato por prazo indeterminado, podendo serem substituídos a qualquer tempo."

Sala das Sessões, em 10.01.96.

Apoio: Nelson Garcia, Nelson Tureck, Geraldo Cartário, Toti Colaço e Luiz Carlos Zuk.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

O Art. 4º do Projeto de Lei nº 435/95 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - A convocação da Conferência Estadual de Assistência Social deve ser divulgada através dos meios de comunicação social e diretamente às instituições que a ela se vinculem ou que sobre ela mantenham interesse."

Sala das Sessões, em 10.01.96.

Apoio: Irineu Colombo, Ângelo Vanho ni, Caíto Quintana, Luiz Claudio Romaneli e Renato Adur.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda além de melhorar o artigo no tocante a redação, garante que a convocação da Conferência Estadual de Assistência Social tenha ampla divulgação, o que a torna mais democrática e participativa.

Deve-se ressaltar o caráter educativo que esta divulgação terá, mostrando os instrumentos legais que a sociedade dispõe para combater a miséria e garantir a segurança social.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Fica acrescentado ao Art. 13 do Projeto de Lei nº 435/95, o § 6º com

Curitiba, quarta, em 10.01.96

a seguinte redação:

"§ 6º - Os municípios e entidades públicas municipais somente receberão recursos do FEAS, se tiveram seus Conselhos e Fundos Municipais de Assistência Social instalados e em pleno funcionamento."

Sala das Sessões, em 10.01.96.

Apoio: Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli e Renato Adur.

JUSTIFICATIVA:

Com este dispositivo se pretende forçar os municípios a terem seus Conselhos Municipais de Assistência Social instalados, conforme dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para que possam ajudar o Estado no combate da miséria e estabelecer políticas públicas municipais que garantam a efetivação de mais este item da seguridade social, sem cair no assistencialismo de caráter político-eleitoral.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Art. 1º - Fica acrescido ao Art. 1º do Projeto de Lei nº 435 o seguinte Parágrafo Único.

Parágrafo Único - As verbas destinadas à assistência social incluídas no Orçamento Geral do Estado, serão de uso exclusivo no âmbito do Poder Executivo, administradas segundo o que estabelece o Art. 8º e seus incisos da presente lei."

Sala das Sessões, em 10.01.96.

Apoio: Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Renato Adur e Luiz Claudio Romanelli.

JUSTIFICATIVA:

A grande virtude da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/93) é a de desvincular este benefício do assistencialismo político-eleitoral. Quando a LOAS cria os conselhos para gerir a assistência social, está criando mecanismos legais para que a sociedade possa resolver seus próprios problemas, sem vincular este item da seguridade social à "bondade" de um político ou cabo eleitoral.

O princípio, que a LOAS estabelece e que está contido na presente emenda, é que somente o Poder Executivo pode destinar recursos orçamentários para a assistência social e que os mesmos deverão estar totalmente subordinados a decisão do conselho. Portanto, nem mesmo este poder poderá fazer caridade com "chapéu alheio". Isto garante a uniformidade e o controle sobre o dinheiro público destinados em rubrica para a assistência aos desamparados.

Além disso os recursos, que são do povo do Paraná, não terão destinação eleitoral e sua aplicação será estrategicamente orientada pelo Conselho Estadual de

Assistência Social, que combaterá a miséria com mais competência, com visão global do problema e com estudo completo das políticas públicas necessárias para garantir a seguridade social.

O projeto retorna às Comissões competentes, sem encerramento.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/95, que altera a denominação do cargo de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva do Governo do Estado, através da Mensagem nº 002/96, e ainda requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando Comissão Geral para o Projeto de Lei nº 439/95. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Uma dúvida que tenho, Senhor Presidente, se transformada em Comissão Geral, imediatamente será votado o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. IRINEU COLOMBO - Então, em Questão de Ordem, gostaria de conhecer o conteúdo do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 2º Secretário, procederá à leitura da Mensagem Governamental.

O SR. 2º SECRETÁRIO - (Lê):

"Estado do Paraná
Gabinete do Governador
Mensagem nº 002/96

Curitiba, 10 de janeiro de 1996.
Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 067/95, de 20 de outubro de 1995, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que o texto do Projeto de Lei nº 439/95, por ela encaminhado, seja substituído pelo que ora segue anexo.

Este Substitutivo Geral ao referido Projeto de Lei, tem por objetivo a complementação do processo de reestruturação do Sistema Estadual do Meio Ambiente, através da redefinição organizacional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, criada pela Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, que se pretende transformar em Secretaria

de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de suas entidades vinculadas - Instituto Ambiental do Paraná - IAP e Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, esta a ser transformada em Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a SEMA foi criada há três anos, sem a estrutura organizacional que possibilitasse a viabilização de seu funcionamento. A Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, ampliou as atividades da Pasta, uma vez que transferiu a Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, para seu âmbito de ação.

Assim, considerando a multiplicidade de atividades atribuídas à SEMA, é inconteste a necessidade que esta conte com um aparato organizacional, tanto no nível de gerência como no nível de execução programática, que lhe proporcione condições apropriadas para o cumprimento de seus objetivos legais.

Outrossim, cabe ponderar que, ainda como parte do processo de reestruturação e racionalização do Sistema Estadual do Meio Ambiente, várias atividades do IAP estão sendo transferidas para o nível de execução programática da SEMA, conforme dispõe o anexo Projeto de Lei, bem como as atividades relativas a recursos hídricos estão sendo remanejadas para a SUDERHSA.

Convém frisar que, atualmente, a SEMA tem quatro Coordenadorias - unidades de execução programática, porém sem nenhuma estrutura subdepartamental, necessária ao desempenho de suas atribuições. Considerando este aspecto, esta estrutura mínima da SEMA não apresenta condições de absorver novas atividades decorrentes do remanejamento pretendido. Do mesmo modo, salienta-se que, hoje, o IAP e a SUCEAM também não dispõem de estrutura organizacional, no nível departamental, compatível com as suas reais necessidades técnicas e administrativas, o que vem se agravar com a incorporação de novas atividades.

Assim sendo, em função da consolidação das novas estruturas organizacionais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que serão definidas através de seus respectivos Regulamentos, cujo detalhamento será realizado pelos respectivos Regimentos Internos, constatou-se a premente necessidade de criação de um mecanismo remuneratório para as funções de chefia das unidades dos níveis de execução destas or-

ganizações, responsáveis, em última instância, pela realização de suas atividades-fim. A criação de cargos de provimento em comissão se apresenta como a alternativa mais viável para solução desta questão, uma vez que o Poder Executivo Estadual atualmente não dispõe de outra forma de remuneração para funções desta natureza. Saliento que o Sistema Estadual do Meio Ambiente, integrado pela SEMA, IAP e SUDERHSA, conta com 1.325 (um mil, trezentos e vinte e cinco) funcionários, perfazendo uma média de treze funcionários por unidade administrativa, consideradas as novas estruturas.

Certo de que a presente proposição merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, no atual período de convocação extraordinária dessa colenda Casa, reitero a Vossa Excelência as expressões do mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 439/95

Art. 1º - Os artigos 1º, 6º e 10 da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, com a finalidade de formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária e de saneamento ambiental.

Art. 6º - São objetivos do IAP:

I - propor, executar e acompanhar as políticas de meio ambiente do Estado;

II - fazer cumprir a legislação ambiental, exercendo, para tanto, o poder de polícia administrativa, controle, licenciamento e fiscalização;

III - conceder licenciamento ambiental para instalação, funcionamento e ampliação de atividades, obras, serviços, planos e programas de abrangência regional;

IV - licenciar empreendimentos florestais e autorizar desmates;

V - executar o monitoramento ambiental dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do ar e do solo;

VI - elaborar, executar e controlar planos e programas de proteção e manutenção da biodiversidade, preservando e restaurando os processos ecológicos essenciais, assegurando a reprodução da flora e fauna silvestres;

VII - organizar e manter o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, preservando a diversidade e a integridade do patrimônio genético e, por meio de convênio,

Curitiba, quarta, em 10.01.96

participar da administração de Unidades de Conservação de domínio dos municípios ou da União, bem como incentivar e assistir as prefeituras municipais no tocante à implantação de bosques, parques, arborização urbana e repovoamento de lagos e rios;

VIII - executar e fazer executar a recuperação florestal de áreas de preservação permanente, degradadas, reserva florestal legal, e de unidades de conservação diretamente ou através de convênios e consórcios;

IX - fiscalizar, orientar e controlar a recuperação florestal de áreas degradadas por atividades econômicas de qualquer natureza;

X - executar e fazer executar todos os atos necessários à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XI - controlar e fiscalizar os agrotóxicos e afins e produtos tóxicos e perigosos, quanto ao transporte e destinação final de resíduos nos termos da legislação específica vigente;

XII - cadastrar os produtos agrotóxicos utilizados no Estado, quanto ao aspecto ambiental;

XIII - executar a coleta sistemática de dados e informações sobre o meio ambiente;

XIV - monitorar e fiscalizar a destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná;

XV - propor, executar e acompanhar planos e programas de desenvolvimento florestal, estimulando o florestamento e o reflorestamento para fins econômicos e conservacionistas;

XVI - propor, estruturar e implementar instrumentos de gestão da política florestal voltados para a renovação, manutenção e ampliação da base florestal para fins produtivos;

XVII - executar e fazer cumprir a Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995 (Lei Florestal do Estado).

Art. 10 - O IAP administrará o Fundo Estadual do Meio Ambiente."

Art. 2º - As atividades relativas à educação ambiental, a terras e cartografia e a análises e pesquisas laboratoriais na área do meio ambiente que integram a esfera de competência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ficam transferidas para o âmbito de atuação da administração direta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

Art. 3º - A Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM passa a denominar-se Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, fi-

cando transferidas do campo de atuação do IAP para o seu âmbito de ação as atividades relativas a recursos hídricos.

Art. 4º - O Conselho de Cartografia do Estado do Paraná passa a integrar a estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

Art. 5º - O Fundo de Terras do Estado do Paraná passa a ser administrado pela SEMA.

Art. 6º - Ficam excluídas do art. 29 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, as atividades referentes ao "controle e supervisão de obras e de serviços de iniciativa do Estado nos setores de saneamento básico e recursos hídricos" e ao "planejamento, a fiscalização e execução de serviços técnicos e administrativos concernentes aos problemas de erosão e do saneamento ambiental".

Art. 7º - O Conselho Estadual do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.978, de 30 de novembro de 1984 e alterado pelas Leis nºs 8.289, de 07 de maio de 1986 e 8.485, de 03 de junho de 1987, passa a ser presidido pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, devendo sua composição e competência serem estabelecidas por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 8º - Ficam alteradas as denominações dos seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na SUDERHSA: 01 (um) cargo de Diretor Superintendente, símbolo DAS-1 para 01 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1; 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-3 para 01 (um) cargo de Diretor de Recursos Hídricos, símbolo DAS-3 e 01 (um) cargo de Diretor de Saneamento Ambiental, símbolo DAS-3;

II - na SEMA: 01 (um) cargo de Secretário Executivo de Conselho, símbolo DAS-5 para 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente, símbolo DAS .

Art. 9º - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3; 14 (quatorze) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C e 02 (dois) cargos de Chefe de Centro de Estudos e Pesquisas, símbolo 2-C;

II - no Instituto Ambiental do Paraná: 15 (quinze) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de Su-

pervisor de Projetos, símbolo 1-C; 20 (vinte) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C;

III - na Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental: 14 (quatorze) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de Supervisor de Projetos, símbolo 1-C; 09 (nove) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C; 03 (três) cargos de Chefe de Unidade Industrial, símbolo 2-C; 03 (três) cargos de Chefe de Seção da Unidade Industrial, símbolo 3-C; 03 (três) cargos de Chefe de Seção, símbolo 3-C; 03 (três) cargos de Chefe de Setor, símbolo 7-C.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários, bem como as transferências patrimoniais, necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Sessão suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão reaberta. Concedo a palavra ao Deputado Walmor Trentini, para ler o parecer.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atendendo a honrosa determinação desta Presidência, devo relatar a Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n° 439/95.

Primeiro fazemos a leitura e depois interpretamos.

(Lê):

COMISSÃO GERAL
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI N° 439/95

P A R E C E R:

O presente substitutivo geral, oriundo da Mensagem Governamental n° 002/96, tem por objetivo dar uma melhor complementação do processo de reestruturação do Sistema Estadual do Meio Ambiente, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, redefinindo a sua organização operacional.

Não havendo nenhum impedimento legal, regimental ou constitucional somos de parecer favorável à presente emenda substitutiva.

Sala das Sessões, em 10.01.96.

(a) WALMOR TRENTINI
Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer. Senhores Deputados que aprovam o Parecer conservem-se como estão. Aprovado.

Em votação o substitutivo Geral. Se-

nhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

Sessão Extraordinária para daqui a quinze minutos. Pela Ordem, o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, tivemos na tarde do último 31 de dezembro uma das corridas mais tradicionais de todo o planeta Terra que é a Corrida de São Silvestre. Quem pôde acompanhar pela imprensa, ou até mesmo pela televisão, viu, Sr. Presidente doze mil atletas disputando esta grande prova promovida pela Fundação Casper Líbero.

A gente lamenta que nenhum brasileiro tenha vencido a prova, mas queremos registrar que um atleta, por sinal bastante conhecido aqui nesta Casa de Leis, Marcos Batista, representou o Paraná. No meio de doze mil atletas ele ficou, Sr. Presidente, em 35° lugar, deixando para trás inúmeros competidores internacionais, e até mesmo campeões de vários países que participaram da Corrida. É um atleta pobre, sem recurso, sem apoio até para poder desenvolver a sua vocação de atleta, mas mesmo assim Marcos Batista orgulha a todos nós paranaenses pelo grande feito conquistado na Corrida de São Silvestre.

É louvável Sr. Presidente, que em doze mil atletas o nosso paranaense tenha ficado em 35° lugar, foi um feito notável que vale o registro, a homenagem desta Casa e o incentivo, para que continue se dedicando a esse esporte para bem representar o Paraná e o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa congratula-se com o pronunciamento de Vossa Excelência e também com o nosso atleta Marcos Batista.

Sobre a mesa requerimento n° 4082, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4081, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 439/95.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira dia 11, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 439/95.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 002/96.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 447/95

prover, Rafael Ambrósio Dias, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1° de agosto de 1995.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 448/95

I - exonerar, a pedido Vera Adriana Wollinger, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossini, a partir de 1° de novembro de 1995;

II - prover, Luciano Luiz Januário, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Valdir Rossini, a partir de 1° de novembro de 1995.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 449/95

I - exonerar, a pedido, Maria Ganda de Oliveira, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de dezembro de 1995;

II - exonerar, a pedido, Maria da Silva Oliveira, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de dezembro de 1995;

III - exonerar, a pedido, Roseli de Castro Alves, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de dezembro de 1995;

IV - prover, Roseli de Castro Alves, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de dezembro de 1995;

V - prover, Maria da Silva Oliveira, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1° de dezembro de 1995.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.12.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 450/95

I - exonerar, a pedido, José Laurindo Petri, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Maria

Ferreira, a partir de 1° de dezembro de 1995;

II - exonerar, a pedido, Waldemar Morello, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1° de dezembro de 1995;

III - prover, Waldemar Morello, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1° de dezembro de 1995;

IV - autorizar Waldemar Morello, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de dezembro de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, Luciane Áurea de Assis Costa, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1° de dezembro de 1995.

(Prot. n° 12584).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 451/95

I - prover, Marcelo Henrique Vladimir Blatitslav da Silva, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1° de dezembro de 1995;

II - exonerar, a pedido, Wilson de Pádua Santana, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1° de dezembro de 1995;

III - prover, Wilson de Pádua Santana, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1° de dezembro de 1995;

IV - prover, Luís Carlos Guimarães Júnior, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1° de dezembro de 1995.

(Prots. n°s. 12143 e 12144).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 452/95

I - exonerar, a pedido, Paulo Henrique Manoel Machado, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1° de dezembro de 1995;

II - prover, Fernanda Hauschildt, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1° de dezembro de 1995;

III - autorizar Fernanda Hauschildt, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem

por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de dezembro de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 12519).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 453/95

I - exonerar, a pedido, Maria Avani de Paula Muller, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de dezembro de 1995;

II - exonerar, a pedido, Maria Cristina de Paula Muller, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de dezembro de 1995;

III - prover, Maria Cristina de Paula Muller, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de dezembro de

1995;

IV - exonerar, a pedido, Aquile Anderle, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de dezembro de 1995;

V - exonerar, a pedido, Gumercindo Ribeiro de Souza, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de dezembro de 1995;

VI - prover, Gumercindo Ribeiro de Souza, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de dezembro de 1995;

(Prots. nºs. 12580 e 12581).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.12.95.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário